Carta Aberta dos/as Educadores/as do CETEP-BRG à Comunidade

Em reunião extraordinária, realizada no dia 21/03/2023, nós educadores/as do CETEP-BRG decidimos, coletivamente, aderir à convocação da *APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia* para o Ato de Paralisação dos/as servidores/as da Educação da Rede Estadual da Bahia na data de 22/03/2023.

Esse ato corresponde à reinvindicação de diversas pautas relacionadas à nossa categoria e em respeito ao Dia Nacional em Defesa da Aplicação do Piso nas Carreiras dos/as profissionais da Educação. No entanto, esse direito, apesar de garantido por lei, desde 2008, não é cumprido pelo atual governo do Estado da Bahia.

> *A Emenda Constitucional 53, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007, aponta que o piso é para todos os profissionais. Dois anos após essa medida ser implementada, a Lei 12.014 incluiu todos os funcionários das escolas, como diretores e agentes escolares, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* (Fonte: https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75899-22-de-marco-veja-os-locais-de-mobilizacao-em-defesa-da-aplicacao-do-reajuste-do-piso-nas-carreiras-da-educacao)

Além dessa pauta maior, reivindicamos também:

- O retorno imediato do pagamento da GEAP (Gratificação de Estímulo e Aperfeiçoamento Profissional) para os/as educadores/as que ingressaram no Concurso de 2018;
- O retorno das licenças, fruição e pecúnia;
- Pagamento dos precatórios;
- Real valorização do profissional contratado em regime REDA (Regime Especial de Direito Administrativo);
- Reestruturação do Plano de Carreira Docente;
- Revogação do Novo Ensino Médio, em especial, para a Educação Profissional.

Desse modo, o corpo docente do Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Grande (CETEP – BRG) se posiciona de forma contrária à proposta do Ministério da Educação (MEC), na qual o ensino médio sofrerá graves consequências em relação à perda da carga horária

das disciplinas do núcleo comum, tais como: matemática, português, biologia, física, química, história, geografia, sociologia, filosofia e educação física. Esse modelo de educação, imposto de forma verticalizada, representa um projeto político que visa à restrita formação tecnicista de mão de obra que atenda às demandas do mercado de trabalho, sem levar em consideração a formação ética e crítica necessária à educação profissional. Além disso, destacamos que este modelo de ensino acarretará em desigualdades ainda maiores no que se refere ao acesso ao conhecimento e ocupação dos estudantes oriundos de escolas públicas estaduais em instituições de ensino superior. Diante do exposto, essa PARALISAÇÃO reafirma a nossa indignação aos ataques que a Educação vem sofrendo nos últimos anos.

Barreiras-Ba, 22 de março de 2023.